

A família que aparece na mídia: hegemonia de um modelo

Inês Hennigen

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

A discussão sobre um modelo de família – aquela constituída por pai, mãe e seus filhos – que aparece de forma recorrente na mídia é o mote deste artigo, cujos dados provêm de uma pesquisa acerca dos discursos da mídia a respeito da paternidade. As análises que realizo, em sintonia com a perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos Foucaultianos, focalizam as relações de poder implicadas na produção cultural das redes de significações. Assim, mostro como, ao longo do tempo e a partir de diferentes campos de saber/poder, foi sendo construído e naturalizando este modelo de família, que parece receber o *status* de família ‘normal’ em variados produtos midiáticos. Reflexões acerca da importância da mídia no processo de subjetivação no mundo contemporâneo e das implicações subjetivas do caráter hegemônico deste modelo perpassam o texto.

Palavras-chave: Família; mídia; relações de poder.

ABSTRACT

The family who appears in the media: hegemony of a model

The discussion on a family model – the one consisting by father, mother and its children – that appears in recurrent form in the media is the mote of this article, whose given data come from a research concerning the discourses of the media regarding the paternity. The analyses that I carry through, in tuning with the perspective of the Cultural Studies and the Foucaultian Studies, focus the power relations implied in the cultural production of the nets of significations. Thus, I show as, along the time and from different fields of knowledge/power, this model of family has been constructed and naturalizing, who seems to receive the status of ‘normal’ family in varied media products. Reflections concerning the importance of the media in the process of subjetivation in the contemporary world and the subjective implications of the hegemonic character of this model cross the text.

Keyword: Family; media; power relations.

RESUMEN

La familia que aparece en los medios: hegemonía de un modelo

La discusión sobre un modelo de familia – que se compone de padre, madre y sus hijos – que aparece de forma recorrente en los medios es la meta de este artículo, cuyos datos provienen de una investigación referente a los discursos de los medios con respecto a la paternidad. Los análisis que llevo a cabo en consonancia con la perspectiva de los estudios culturales y de los estudios foucaultianos, se centran en las relaciones de poder implicadas en la producción cultural de las redes de significación. Así, muestro como, a lo largo del tiempo y a partir de diversos campos de poder/saber, este modelo de familia ha sido construído y naturalizado, pareciendo recibir lo estatus de familia “normal” en variados productos de los medios. Reflexiones referentes a la importancia de los medios en el proceso de subjetivación en el mundo contemporáneo y a las implicaciones subjetivas del carácter hegemónico de este modelo cruzan el texto.

Palabras clave: Familia; medios; relaciones de poder.

INTRODUÇÃO

A família tem sido objeto de inúmeras pesquisas e estudos em diferentes áreas do conhecimento. Após um período em que até mesmo sua morte foi aventada, hoje se busca compreender suas transformações e continuidades. Neste artigo discuto um modelo de família – que chamo triádico – que tem aparecido de forma recorrente nas produções midiáticas. Esta constatação emergiu em minha pesquisa de Doutorado, que teve como objetivos conhecer os discursos que a mídia produz e faz circular sobre a paternidade e refletir sobre os modos de subjetivação engendrados como efeitos desta rede discursiva. Para uma melhor compreensão das articulações realizadas, inicio com esclarecimentos acerca de concepções desenvolvidas nos Estudos Culturais e Foucaultianos, base teórico-metodológica da pesquisa.

A cultura – e aí entram os produtos da mídia – é concebida como prática discursiva, prática que produz sistemas de significação. Os discursos (redes de significados construídos culturalmente) interpelam os seres humanos, que se constituem como sujeitos a partir de tais regimes de verdade.¹ Mas não se trata de um “fora” que se impõe aos sujeitos: os significados só os interpelam quando são reconhecidos como verdades sobre eles e para eles. Os sujeitos se reconhecem a partir dos discursos: identificam-se, compreendem e explicam a si e ao mundo a partir destes regimes de verdade.

Partindo desta compreensão, considero a paternidade uma construção discursiva que produz condições socioculturais. Além de instituir um lugar social – a condição de pai –, posiciona a todos nas relações recíprocas estabelecidas. Deste modo, sincronicamente à construção da paternidade, outras concepções

também se organizam, como as de família, criança, maternidade, masculinidade. Portanto, ao abordar a paternidade nesta perspectiva, foi inevitável encontrar uma rede de significados sobre família, o foco do presente artigo.

O tema família gera estudos e pesquisas de posições diversas. Contudo chama a atenção encontrar em variados trabalhos e circulando na cultura a noção de que ter uma família é importante. Uma ampla pesquisa realizada pela Folha de São Paulo (Família, 1998) indica que ter família é muito valorizado por homens e mulheres no Brasil. Pesquisas demográficas européias (Fonseca, 1999) mostram padrões familiares variados em regiões e segmentos sociais diferentes e apontam a valorização persistente dos laços familiares: o parentesco constitui um ordenador identitário, das formas de sociabilidade e das atividades de lazer. Já Roudinesco (2003) assinala que, ao contrário do que se pensava face aos movimentos anti-autoritarismo dos anos 60 que combatiam a família (vista como instituição falida e responsável por conflitos pessoais), hoje se fala de um familiarismo redescoberto. Esta autora refere o “desejo de família” de homossexuais (aqueles que teriam sofrido com o autoritarismo e conservadorismo), sua vontade e lutas para ter o reconhecimento legal de suas famílias.

Trago estas posições não para mostrar uma importância “natural” da família, mas para ressaltar que a mesma reveste-se de múltiplos significados, é construída por discursos cambiantes que apontam variadas direções. Isso remete à noção foucaultiana de que todo campo de saber é um campo de poder (Foucault, 1999) e à concepção de que o tecido social é atravessado por lutas pela imposição de significações, pela interpelação dos sujeitos.

Em função disto, a discussão das relações de poder é um aspecto fundamental das análises dos produtos midiáticos que realizo e permeia as reflexões empreendidas neste artigo. Contudo, antes de discutir os resultados, na próxima seção toco considerações sobre a importância da mídia na contemporaneidade e faço mais algumas indicações sobre as concepções teórico-metodológicas que alicerçaram a pesquisa. Fecho o artigo com ponderações acerca da relação entre mídia e processo de subjetivação.

A MÍDIA NA CONTEMPORANEIDADE: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O estudo e o uso de produtos da mídia em pesquisas no campo da Psicologia têm crescido à medida que a visão sobre a mesma amplia-se. Inicialmente considerada mera fonte de entretenimento, passou a ser estudada quando se começou a conjecturar que po-

deria representar uma influência – negativa, a preocupação maior – principalmente sobre crianças e adolescentes. Atualmente, outra perspectiva desponta. Acompanhando outros pensadores (Fischer, 1996; Kellner, 2001), acredito que a mídia constitui, na contemporaneidade, um espaço que produz e faz circular discursos que contribuem de forma decisiva para nossa subjetivação. Em sintonia com o exposto mais acima sobre o processo de interpelação, a compreensão que tenho acerca do papel da mídia na subjetivação diferencia-se da noção de influência, quando teorizada como uma força que tem repercussão direta sobre o indivíduo. Acredito que esta noção desconsidera as múltiplas significações imbricadas nos discursos e subestima o trabalho psíquico realizado em função das mesmas e a própria produção de sentidos realizada pelo sujeito frente a qualquer produto cultural.

Veiga Neto (2003) aponta uma mudança social importante que se desenrola no mundo contemporâneo: a sociedade disciplinar está cedendo espaço para uma sociedade de controle. Tal processo implica transformações na subjetivação, que acontece de forma mais aberta e continuada, e para a qual importam mais os fluxos permanentes, espalhados por todas as práticas e instâncias sociais, que ativam os sujeitos, os fazem participar e os mantêm sob controle. Neste sentido, os modos de ser não se engendram tanto a partir de instituições específicas, mas a partir de dispositivos dispersos no tecido social. Concordando com o autor, penso que a mídia configura-se como um destes dispositivos.

A perspectiva foucaultiana opõe a heterogeneidade das autoridades à singularidade do grande poder e, como propõe Rose (2001), a relação com a autoridade varia, podendo ser de domínio, de pedagogia, e de sedução, conversão e exemplaridade. A mídia processa discursos produzidos em múltiplos campos e reutiliza saberes de outras autoridades, constituindo também uma autoridade. Além de veicular produções claramente indicativas do “bem-viver”, o uso de certas estratégias, particularmente pela televisão, contribui para tanto: a constante referência a especialistas (o que confere credibilidade), a construção de personagens que falam “verdades” (não contestadas), a persistente referência a questões de relevância social e a temas polêmicos (sobre os quais são apresentadas múltiplas informações e orientações), e o crescente recurso à interatividade (que aproxima os expectadores das suas produções). Tudo isso proporciona a idéia de que a mídia *pode* – tem autoridade para tanto – falar sobre o nosso tempo e nosso modo de ser.

Uma forma bastante produtiva de regulação e controle social, porque invisível: somos interpelados por produções para o entretenimento e por aquilo que jul-

gamos escolher. Misto de relação pedagógica, de sedução e exemplaridade, a mídia nos ensina, cativa com sua “abertura para o novo” e nos dá exemplos de formas de viver. Assim, lendo revistas e jornais e assistindo televisão, aprendemos a ser, a conhecer o mundo, a atribuir valores, a pensar e sentir de certas formas – excluindo outras, evidentemente.

Com Foucault (2000b) aprende-se que a regulação social, que o governo não se faz através de mecanismos grosseiros. Hall (1997) coloca que não se trata de dobrar alguém por coerção, mas através de arranjos de poder simbólico. As ações das pessoas são reguladas normativamente pelos significados culturais. Face ao conhecimento que vamos adquirindo sobre as formas como as coisas *normalmente* acontecem em nossa cultura, forjamos nossos modos de ser e de fazer – que passam a ser automatizados já que não questionamos porque somos e agimos de determinadas formas.

O discurso da mídia (Fischer, 1996) é marcado pela heterogeneidade e processamento de muitas vozes. Discursos que ganham espaço a partir das lutas pela imposição de significados, pelo estabelecimento de regimes de verdade face às disputas de poder iminentes às práticas de significação. É na cultura e pela cultura que se estabelecem divisões que implicam desigualdades, onde acontecem os embates políticos, onde se posicionam os sujeitos. Duas faces deste processo: por um lado, algumas significações acabam se tornando hegemônicas – revestem-se de tanta força que passam a ser naturalizadas; por outro, ainda que os sujeitos sejam confrontados constantemente com alguma lógica de existir, esta não é fechada uma vez que na cultura coexistem variados significados e também “porque nenhum de nós se submete igualmente e com a mesma intensidade a todo e qualquer discurso” (Fischer, 1999, p. 25).

Após estas ponderações, é possível avançar no esclarecimento sobre as análises empreendidas. Na pesquisa maior sobre paternidade analisei vários produtos midiáticos – aqui retomo cenas da novela *Mulheres Apaixonadas*² e fragmentos de duas edições do jornal gaúcho *Correio do Povo* (uma em que o caderno de variedades é uma homenagem antecipada ao Dia dos Pais e outra do próprio Dia dos Pais) e da edição especial *Homem da Revista Veja*, de circulação nacional. As análises possibilitaram a identificação de uma série de enunciados³ sobre o tema. Neste texto exploro o seguinte enunciado: uma família constitui-se de pai, mãe e seus próprios filhos. Na discussão do mesmo busquei dar visibilidades as suas condições de emergência e desdobramentos, mostrando seu caráter histórico – multiplicando-o, colocando-o *em relação*. Também procurei mostrar que a produção discursiva insti-

tui lugares, trabalha no sentido da regulação social. E que este enunciado aponta uma forma de ser hegemônica, aquela que, em função dos jogos de poder, é colocada como a forma natural e correta de ser família. Em função disso, procurei problematizá-la, desnaturalizá-la, mostrar que é fruto de estratégias que buscam fixá-la, que respondem a objetivos de governo.

A FAMÍLIA QUE RECEBE DESTAQUE NA MÍDIA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente apresento alguns fragmentos dos materiais empíricos que deram sustentação para a discussão que aponta a hegemonia, nos produtos midiáticos pesquisados, do modelo familiar, que chamo de família triádica, pelo caráter necessário – e basicamente insubstituível – do pai, da mãe e de seus filhos. Segue síntese de duas cenas da novela.

CENA 1

Salete (S), deitada na cama, lembra de uma festa de aniversário a que tinha ido e da conversa com uma menina (M) e com a própria mãe (F).

M: Você veio com seu pai e com sua mãe? S: Só com minha mãe. M: Eu vim com meu pai, com minha mãe, com meus dois irmãos. Eles estão ali. Cadê seu pai? [Ela não responde, sai da mesa onde estavam e senta em outro lugar. Sua mãe aproxima-se.] F: O que que aconteceu Salete? Você se machucou? Tá chorando por quê? S: Porque todo mundo tem uma família, menos eu. [Sua mãe fica com o olhar distante e não diz nada.]

CENA 2

Téo (T) pega Salete (S) na saída da sua escola.

S: Aí a professora falou que cada um tinha que fazer uma historinha falando da família, do pai, da mãe, do irmão, da irmã. E também vale do cachorrinho e do gatinho, pra quem tivesse esses bichinhos em casa. Eu não tenho nenhum bichinho. Téó, você acha que eu posso ter um cachorro bem peludo para brincar comigo? [Ele só sorri.] Aí eu escrevi assim, ó. Aqui... Família. Minha mãe morreu... Isso me deixou muito triste. Meu pai eu nunca conheci, mas eu tenho um amigo que eu amo muito chamado Lucas. E ele disse que empresta o pai e a mãe dele para mim. O pai dele se chama Téó e eu gosto muito dele. A mãe dele...

Estas cenas apontam para um modelo socialmente desejado de família: aquela formada por pai, mãe e seus filhos. A personagem Salete diz explicitamente e a professora indica (pelo que deveria ser considerado para a historinha) que esta formação constitui a família de *todo mundo*. Soma-se a isto o silêncio da mãe (que não diz que ela e a filha constituem uma família) e o oferecimento de Lucas, que empresta o que Salete não tem: um pai e uma mãe.

Este enunciado – uma família constitui-se de pai, mãe e seus filhos – não aparece nos materiais analisados somente de forma afirmativa. O modo como são retratadas outras formações familiares contribui para conferir um caráter de superioridade a este modelo. *Todos* os materiais recolhidos para a pesquisa que versam sobre famílias diferentes deste modelo o fazem a partir de dificuldades e problemas. Fragmentos de alguns destes materiais são apresentados e explorados a seguir.

Síntese do conto O padrasto – Caderno Vitrine do jornal *Correio do Povo*

Uma viúva com dois filhos conhece um homem que se aproxima dela após brincar com suas crianças na praia. Depois do casamento, o homem passa a irritar-se crescentemente com elas. As crianças acabam distanciando-se também da mãe quando o padrasto está presente, o que causa angústia e culpa a ela. Então o homem diz que está com tuberculose e que seria melhor tirar as crianças de casa. Para proteger-lhes a saúde, a mãe concorda. O afastamento entre mãe e filhos torna-se cada vez maior: tornaram-se estranhos, ela constata. A hospitalização do homem em função de um acidente traz à tona a verdade: tratava-se de uma farsa, ele não estava tuberculoso.

Fragmentos da seção Etiqueta – Caderno de variedades do jornal *Correio do Povo*

... o pai separado assume os filhos muitas vezes nos dias de hoje. Nessas situações, devem ser mantidos o bom senso e o equilíbrio para que sejam colocados limites, o que é tão importante quanto carinho e atenção. Os filhos são os mais vulneráveis quando o pai e a mãe não estão mais juntos.

... nova companheira é uma possibilidade para os filhos de nova vida. Apenas quando for um relacionamento firme deve ser apresentada. Ela deve ser tratada com respeito, ter clara a noção de seu papel e de que já existe uma mãe. É muito importante que a criança aceite essa nova pessoa na convivência, já que é difícil admitir que o pai tenha alguém com envolvimento romântico.

Fragmentos da matéria “A vida com os enteados” – Revista *Veja*

Para os filhos, o “namorado da mamãe” é quase sempre visto como uma espécie de rival, uma ameaça ao amor materno. Daí por que muitos meninos e meninas reagem de maneira agressiva ou distante quando são apresentados ao “tio fulano”. ... O fato é que, de alguma maneira, o namorado da mãe vai acabar se tornando uma referência masculina para a formação da criança. Mas não mais do que isso. Não ouse assumi-la como filha. É preciso ter em mente que aquela criança tem um pai (ainda que ele seja ausente) e uma mãe

e que são eles os responsáveis por sua educação.

O conto mostra um homem que rivaliza com os filhos de sua mulher e chega a inventar uma doença contagiosa para afastá-los. O que nos diz, sobre que nos “adverte”? Os riscos de um segundo casamento! Conflitos, enganos, sofrimento, afastamento dos filhos: um padrasto pode ser perverso. Nos moldes dos contos de fadas, um padrasto é alguém que se deve temer. O conto *escolhido* para compor o caderno em *homenagem* aos pais traz uma maneira bem pessimista e dramática de retratar o segundo casamento de uma mulher e de perspectivar a chamada paternidade substituta.

Mas, já que as separações existem de fato, é melhor aprender a forma *correta* de proceder com as dicas de *etiqueta*. Ali a vulnerabilidade dos filhos é tomada como fatalidade. A eles não é atribuída possibilidade de assimilar e beneficiar-se com vivências diversificadas com pai e mãe separadamente. Por outro lado, mesmo que uma mulher esteja “firmemente” vinculada ao pai, ela não pode confundir-se com a mãe de seus filhos, o que atribui um caráter insubstituível às relações parentais “naturais”. Tal referência também figura na matéria da revista *Veja*. Ali na forma de um imperativo categórico: *não ouse* tomar uma criança que não é sua como filha. Mesmo que o pai biológico seja um espectro, é a ele que a criança deve estar referida. Soma-se a isso a noção de dificuldade dos filhos em aceitar novas relações amorosas de seus pais e mães, ressaltada em diferentes lugares.

Nestes materiais os arranjos familiares são hierarquizados: a família composta por pai, mãe e filhos – genericamente chamada de tradicional – é desejada; as posições que se afastam deste modelo são referidas como problemáticas, sendo que o ponto frágil, o mais afetado, são as crianças. Mensagem forte, que certamente não impede novas composições familiares, mas que fomenta expectativas, mobiliza ansiedade, culpa e temor, aponta riscos em vez de possibilidades – dimensões importantes e que tem peso nos nossos modos de ser e sentir.

Dados demográficos consistentes (Castells, 1999; Família, 1998) mostram que a família tradicional não é hegemônica há muito tempo. Então, como entender o fato da mídia seguir idealizando a família composta pela tríade pai, mãe e filhos e oferecer uma visão patologizada de outros arranjos familiares? Como tal discurso se constituiu e se sustenta? Quais seus efeitos nos modos como nos subjetivamos? Para empreender esta discussão, é preciso aludir ao caráter construído das noções de família e buscar entender as lógicas que lhes atravessam.

Giddens (2000) problematiza a categoria família tradicional, considerando-a muito elástica, e reafirma a existência de diferentes tipos de família e de sistemas de parentesco em culturas e tempos diversos. Para ele a família tradicional caracterizava-se como uma unidade econômica na qual prevalecia o poder patriarcal, as crianças não tinham lugar destacado e a intimidade não era base do casamento. Na atualidade, pensa que esta expressão é empregada para descrever sua fase tardia, transicional, quando o amor romântico fundamenta o casamento e existe uma relativa igualdade legal de direitos entre os cônjuges. Já Perrot (1991) assinala que a família dos séculos XVIII e XIX era considerada fundamental para o vigor dos Estados e para o progresso da humanidade, seja pelo seu funcionamento econômico, pela transmissão do patrimônio ou por proporcionar a socialização das crianças.

Muitas transformações processaram-se desde esta época e variados são os prismas pelos quais se tem estudado a família. Cada abordagem constrói sua versão de família, definindo-a e, num jogo de identidade/diferença, contrapondo-a a outra: a família moderna é conceituada em oposição à família medieval; pensadores interessados nas questões de classe teorizam sobre as famílias operária e burguesa; aqueles que focam as questões de gênero debruçam-se sobre a família patriarcal. Importante ressaltar que, muitas vezes, os conceitos mesclam-se: as noções de família nuclear, moderna, burguesa, patriarcal são articuladas e configuram o que se tem chamado família tradicional.

Cabe aqui retornar à idéia da família triádica. Que articulações lhe possibilita? É uma família moderna uma vez que são as relações de intimidade (entre o casal, com as crianças) que importam; configura-se como uma família nuclear, pois, apesar de comportar laços com parentes, está centrada no casal e seus filhos. É também patriarcal. E aqui retomo o ordenamento dos componentes da família nas cenas da novela: pai, mãe e filhos. Hierarquização naturalizada que posiciona os sujeitos nas relações familiares. A família triádica é, enfim, uma construção que remete às sensibilidades, às afetividades entre seus membros e, neste ponto, é tributária da teorização freudiana.

Silva (2001) refere a Revolução Industrial como importante ponto de ruptura na vida das famílias, pois elas deixam de ser o principal meio de reprodução da atividade econômica, perdendo suas funções na regulação do meio social. Quando isso acontece, a família “se torna objeto de um novo tipo de investimento social: ela passa a ser reterritorializada sobre as *posições* ocupadas por seus membros” (Silva, 2001, p. 75). Cobia-lhe, então, gerir seu capital relacional, alimentado por produções psicológicas principalmente em torno

dos eixos da sexualidade e da infância, que ganharam força espetacular com a teorização psicanalítica.

Para Foucault (2000a), os discursos dos diferentes campos do saber produzem os objetos de que falam. Assim, antes de “descobrir” como os seres humanos são e se relacionam, as teorias da Psicologia e Psicanalíticas produzem conceitos e referências – discursos – que os indivíduos dobram sobre si mesmos no processo de subjetivação, produzindo seus modos de ser e pensar. Como enfatiza Silva (1998), a subjetividade não existe fora dos processos sociais, das práticas discursivas que a produz. E afirma que as disciplinas psi estão implicadas na produção do ser que pretendem descrever. Desta forma, o objeto destas disciplinas “é o resultado de um processo de construção e produção que não pode ser desligado de seu envolvimento com relações de poder” (Silva, 1998, p.11). Neste sentido, as experiências subjetivas não podem ser tomadas como uma questão privada uma vez que são governadas por redes de saber/poder. Frente a isso, entendo as concepções freudianas como um importante conjunto de saberes que contribuiu para forjar os modos como nos percebemos enquanto membros de uma família: remetidos a uma lógica triádica.

Para Roudinesco (2003, p. 65), Freud apropriou-se do *Édipo Rei* de Sófocles (fazendo torções importantes) e reinventou o Édipo “para responder de maneira racional ao terror da irrupção do feminino e à obsessão pela supressão da diferença sexual que havia tomado conta da sociedade europeia do fim do século” face ao declínio do poder do pai. Freud teorizou sobre os lugares de pai e mãe na família e construiu um modelo de romance familiar que passou a balizar a organização da sociedade ocidental desde o final do século XIX.

Para validar a noção de recalque do desejo, Freud buscou mostrar que, no *Édipo Rei* de Sófocles, o motor do assassinato do pai era o desejo incestuoso pela mãe, introduzindo as dimensões do desejo e da culpa no cerne do romance familiar. Em *Totem e tabu*, ele enfocou o assassinato do pai opressivo pelos filhos, a culpa conseqüente (pois ele era protetor) e a necessidade da instituição da sua Lei (amparo simbólico e exigência da renúncia da satisfação pulsional total), compondo as origens míticas do psiquismo e da sociedade. O complexo de Édipo foi assim teorizado como a expressão de dois desejos recalcados: o desejo de incesto e o desejo de matar o pai.

A organização edípica freudiana restabeleceu simbolicamente as diferenças – entre gerações, entre os sexos – necessárias à continuidade de um modelo familiar que parecia estar desaparecendo. Roudinesco (2003, p.87-8) levanta a hipótese de que a invenção freudiana “esteve na origem de uma nova concepção

da família ocidental capaz de lidar, à luz dos grandes mitos, não apenas com o declínio da soberania do pai, mas também com o princípio de uma emancipação da subjetividade”. Assim, constituiu uma espécie de paradigma do advento da família afetiva contemporânea e criou uma estrutura psíquica do parentesco que inscreveu o desejo sexual no cerne da dupla lei da aliança (casamentos) e da filiação.

É pertinente lembrar que a economia moderna, industrial, não tinha mais lugar para crianças e mulheres. A escolarização foi, para as primeiras, a maneira de possibilitar formação para a vida e trabalho e uma forma de preencher o tempo ocioso deixado pela falta da atividade laboral. Às mulheres coube se ocupar das crianças, que passaram a ser vistas como dependentes, frágeis, seres que necessitavam de cuidados e afetos para desenvolverem-se de forma adequada. Com isso, lugares sociais diferenciados estabeleceram-se.

Neste contexto, Freud construiu um romance familiar que amarra variadas necessidades sociais. Ao pai um lugar de destaque. É em torno de sua posição, de seu nome, que as posições maternas e filiais articulam-se. O poder soberano do pai declina, mas uma força simbólica instaura-se, conservando-o forte. A mãe – a mulher –, vinculada aos filhos por laços de amor muito bem atados, é posicionada de tal forma que a diferença sexual é preservada, abafando seus movimentos emancipatórios. A criança é instada a amar pai e mãe, a se remeter a eles para se posicionar como sujeito. Por outro lado, a criança adquire uma importância toda especial uma vez que é em torno dela que os afetos paternos e maternos organizam-se.

Tal urdidura, que tem mais de um século, segue com bastante fôlego. Os dados demográficos mostram que a família pai-mãe-filhos não é mais majoritária em muitos países, mas o ideário edípico segue interpellando os sujeitos. Nos materiais analisados, o amor ao pai e à mãe e o conseqüente ciúme dos filhos frente a seus novos parceiros é tomado como algo natural. Também se enfatiza a preservação da referência da criança ao seu pai e mãe biológicos – outro homem ou mulher não devem ocupar a posição paterna e materna. Um modelo que se conserva em meio a inúmeras transformações.

Castells (2000) aborda tensões sociais que têm contribuído para o declínio da família patriarcal: a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, o controle sobre a reprodução, as lutas feministas para a igualdade de direitos e o questionamento da heterossexualidade como norma. Este autor considera o número de separações/divórcios como o maior indicador de insatisfação com este modelo e propõe que a opção de muitos em compartilhar um lar sem união oficial e das mulheres de serem mães solteiras debilita o respaldo

institucional da autoridade patriarcal. Seus dados mostram o crescente número de lares monoparentais e de pessoas que moram sozinhas, além de tendências bem distantes de tal modelo: casais que não desejam ter filhos, homossexuais que buscam filhos via adoção ou tecnologias de reprodução e homens que adotam crianças ou vivem com seus filhos sem a presença feminina.

Não há como negar que estas situações atuam sobre o conjunto social e provocam rupturas, esvaziando o chamado modelo tradicional. Surgem novos formatos familiares constituídos principalmente a partir das transformações das relações entre homens e mulheres. Contudo, nas produções da mídia, os arranjos familiares “não-tradicionais” são referidos como (potencialmente, pelo menos) problemáticos. Por isso é importante seguir refletindo sobre como um modelo de família – que posiciona de uma determinada forma pais e mães, homens e mulheres – adquiriu o *status* de família normal, tornou-se hegemônico.

Segundo Fonseca (1999), apesar da noção de família composta por pai, mãe e filhos remontar a tempos imemoriais na concepção de Levi-Strauss, as particularidades identificadas à família nuclear desenvolveram-se a partir do Renascimento. E só a partir das teorias formuladas por Talcott Parsons para suas análises das famílias de camadas médias americanas do pós II Guerra, que este modelo foi sacralizado pelo pensamento científico. “A banalização dessa análise levou duas gerações a crer que aquela família nuclear era não somente a mais ‘natural’, mas também a única forma sadia de organização familiar e que desvios do ideal implicariam sérios riscos para a saúde mental dos jovens” (Fonseca, 1999, p.257).

A naturalização ou normalização deste modelo vincula-se à preocupação com a saúde e à idéia de desvio. Rose (2001) afirma que a própria noção de normalidade surgiu a partir da preocupação com tipos de conduta, pensamento e expressão vistos como problemáticos ou perigosos. Veiga-Neto (2003) lembra que Foucault buscou conhecer a construção discursiva e a emergência do conceito de anormal no século XVIII.

Foi no interior desse processo que se instituiu um conjunto de saberes e um correlato poder de normalização, cujos desdobramentos incluem a psiquiatrização e a psicologização da infância, a formação da família nuclear, a invenção da delinquência, da *expertise*, do exame e do inquérito.

A norma é o elemento que, ao mesmo tempo em que individualiza, remete ao conjunto dos indivíduos; por isso, ela permite a comparação entre os indivíduos. Nesse processo de individualizar e, ao mesmo tempo, remeter ao conjunto, dão-se as compa-

rações horizontais – entre os elementos individuais – e verticais – entre cada elemento e o conjunto. E, ao se fazer isso, chama-se de anormal aqueles cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque *des-via*, tira do rumo, leva à perdição. (Veiga-Neto, 2003, p. 89-90)

Estas considerações possibilitam uma compreensão melhor para o fato dos materiais enfocarem bastante as formações familiares “não-tradicionais”. Ao mesmo tempo em que os sujeitos sociais – os pais e as mães em especial – são posicionados em determinados lugares, busca-se dizer para eles o que fazer quando a norma é rompida. Assim, por exemplo, aqueles que não são pai ou mãe das crianças de seus parceiros são orientados a não ocupar os lugares que “naturalmente” pertencem aos genitores.

Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se dizer que questões como separações, divórcios e arranjos familiares são questões políticas uma vez que envolvem os movimentos da população – aquilo que Foucault (1999) entende como exercício do bio-poder.⁴ No entorno delas constituem-se campos de saber-poder que buscam regular estes fenômenos populacionais. Entendo que foi em função disto que noções como família não-tradicional, desestruturada, reconstituída e tantas *outras*, surgiram principalmente no campo da Psicologia – mas também do Direito e da Educação – com uma conotação negativa: as dificuldades seriam inerentes a estas formações e as crianças seriam as maiores prejudicadas.

É importante recordar que Foucault (2000c) afirma ser a família um instrumento privilegiado para o governo da população; é por ela que se deve passar quando se almeja algum objetivo. Daí pode-se depreender que regular as famílias é indispensável aos objetivos políticos. Assim, fica mais claro o porquê dos discursos produzidos sobre as famílias que se distanciam do modelo normalizado. Como bem coloca Foucault (1999, p.95) “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber”.

As disciplinas Psi podem ser consideradas as principais matrizes de significados que sustentam e normatizam este modelo de família. Mas, sem dúvida, saberes de outros campos mesclam-se a estes na sua construção. Para mostrar que a normalização das famílias se constrói também nos discursos/práticas do campo do Direito, é oportuno trazer fragmentos de uma matéria veiculada na edição do Dia dos Pais do jornal Correio do Povo. Ela informa sobre um núcleo de atendimento a famílias do sistema judiciário que se propõe a resolver seus conflitos. O fecho da matéria parece uma promessa de final feliz: se a intervenção for bem sucedida, o casal pode até reconciliar-se.

Fragmentos da matéria “NAP resolve os conflitos entre os familiares”

... um grupo de técnicas do Núcleo de Atendimento Familiar (NAF) do Fórum Central de POA atua dando apoio aos processos da área de Direito da Família, buscando a conciliação – ou o apaziguamento dos ânimos – entre pais e filhos, quando em conflito. ... O trabalho da equipe é direcionado para o conflito que gerou o litígio. “É uma terapia teleguiada, de seis encontros quinzenais”, conta Maria do Céu. Na maioria das vezes, a família interrompe o processo, entrando em acordo, e até reconciliações de casamentos ocorrem.

O campo da Educação também tem sido muito importante para a definição das formas de relação familiar, seja reforçando o modelo “normal” ou patologizando os demais. Cabe recordar que na cena da novela apresentada no início desta discussão, a personagem Salete conta que a professora pediu que os alunos escrevessem uma história sobre a família, dando um roteiro (o da família pai, mãe, filho e filha), o que, quem trabalha em escolas sabe, é feito “naturalmente”. Por outro lado, é muito comum (infelizmente, quase regra) que as dificuldades de aprendizagem e de comportamento dos alunos sejam atribuídas à desorganização ou desestruturação das famílias.

Nos campos da Psicologia, Direito e Educação têm-se produzido tanto sobre famílias “não-tradicionais” que fica cada vez mais evidente a prevalência destas na vida das pessoas. É possível perceber aí um esforço no sentido da normalização, entretanto neste próprio movimento pode estar inserida sua oposição. Cabe recordar Foucault:

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (1999, p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, é oportuno traçar mais algumas considerações sobre os efeitos das práticas discursivas sobre a subjetivação. Como propõe Rose (1998), a *expertise* da subjetividade (que abrange os campos psi, pedagógico, jurídico – entre outros) tem papel fundamental no governo e no autogoverno na contemporaneidade. Os mecanismos de regulação e controle, cuja tarefa é a normalização, a disciplina e o governo das pessoas e das populações não são forjados de modo coercitivo, sobre a forma da lei. De forma diversa, o governo da subjetividade exige

que as autoridades ajam sobre as escolhas, os desejos e a conduta dos indivíduos de uma forma indireta. ... Ela obtém seu efeito não através da ameaça da violência ou do constrangimento físico, mas através da persuasão inerente às suas verdades, das ansiedades estimuladas por suas normas e das atrações exercidas pelas imagens da vida e do eu que elas nos oferece (Rose, 1998, p. 42-3).

A mídia processa conhecimentos produzidos nos diferentes campos de saber e apresenta, através de seus produtos, versões sobre formas de ser e de viver, fomentando valores, idéias e sentimentos. Por ser presença constante em nossa vida, pelos recursos e formatos de seus produtos, a mídia tem-se tornado mais do que um meio que veicula informações e promove mercadorias e serviços. Em seu espaço aprendemos modos de viver e estar no mundo, o que significa que a mesma assume um lugar decisivo no processo de subjetivação. E faz isso mobilizando afetos, como fica evidente nesta cena da novela.

Téo (T) e Salete (S) conversam sobre seu pai, do qual ela sabe só um nome.

S: Tou escrevendo uma carta para ele. Porque eu sei que um dia ele vai aparecer. Um dia ele vai querer me conhecer. Se eu soubesse onde ele está, mandava esta carta para ele, pedindo para ele voltar, para me ver, me conhecer. Toma, pode ler. T: Eu? S: Quer que eu leia para você? T: Isso. Leia você. S: Querido papai, o que mais quero na vida é conhecer você. Todo mundo na escola tem pai. No prédio onde moro, também. Tem uns que não moram junto com a mãe, mas eles vêm buscar os filhos para sair, para passear. Onde você tá agora? Por que você não vem me ver? Continuo te esperando. Um beijo da filha que te ama, Salete.

A personagem Salete mostra estar interpelada pela idéia de ter uma família triádica. A partir do que tem (um nome), ela pensa que o pai pode estar longe, mas um dia desejará conhecê-la. Depois novamente expressa sua convicção de que todos têm um pai, que se faz presente, mesmo quando não mora com a mãe. Na carta que escreve revela que seu maior desejo é conhecê-lo e, ao final, diz amá-lo.

Se não fosse ficção, as observações de Rose (1998) sobre o governo da subjetividade a partir da produção de desejos e da estimulação de ansiedades pelas normas criadas pela *expertise* cairiam como uma luva. Mas, será que a ficção e a vida não acabam mesclando-se? É bem possível encontrar pelo mundo crianças como Salete, que diz amar um pai do qual sabe somente o nome e que acredita que este homem, onde quer que esteja, vai um dia querer conhecê-la. A própria mídia se encarrega de oferecer matérias em que pais e filhos que se desconheciam proferem declarações de amor no primeiro olhar – amor que, então, já (naturalmente)

deveria habitá-los. Afinal, estas são referências que os variados discursos tecem sobre as relações e afetividades familiares.

Acredito que é importante seguir problematizando estas naturalizações, sejam elas fruto de saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento ou aqueles que são processados e veiculados pela mídia. Fundamental é abrir espaço para que se possa falar de diferentes modos de relação. Para que outros afetos e desejos possam surgir, para que as pessoas possam tomar suas próprias vivências de uma forma mais leve, uma vez que muitas vivências mostram-se possíveis e valorizadas socialmente. Os parâmetros únicos, cristalizados, amarram, dificultam os fluxos da vida. Não existe sociedade em que inexistam relações de poder. Mas penso que se deve caminhar no sentido de respeitar e dar valor aos diferentes modos de ser, o que é bem mais compatível com nossa condição humana: aberta, sem padrões “naturais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castells, M. (1999). *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Família (1998, Setembro 20). *Folha de São Paulo*, especial A1.
- Fischer, R. M. B. (1996). *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. [Tese de Doutorado não publicada]. Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Fischer, R. M. B. (1997). O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Educação e Realidade*, 22, 2, 59-77.
- Fischer, R. M. B. (1999). Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In L. H. Silva (Org.). *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* (pp. 18-32). Petrópolis: Vozes.
- Fonseca, C. (1999). O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In E. L. Sousa (Org.). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil* (pp. 255-275). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber*, (13ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2000a). *A arqueologia do saber*, (6ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2000b). A governamentalidade. In M. Foucault (Org.). *Microfísica do poder*, (15ª ed.) (pp. 277-293). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2000c). Soberania e disciplina. In M. Foucault, *Microfísica do poder*, (15ª ed.) (pp. 179-191). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Giddens, A. (2000). *Mundo em descontrol*. Rio de Janeiro: Record.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22, 2, 15-46.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- Perrot, M. (1991). Figuras e papéis. In M. Perrot (Org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à 1ª Guerra* (pp. 121-185). São Paulo: Cia das Letras.

Rose, N. (1998). Governando a alma: a formação do eu privado. In T. T. Silva (Org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu* (pp. 30-45). Petrópolis, RJ: Vozes.

Rose, N. (2001). Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*, 26, 1, 33-57.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Silva, R. A. N. (2001). *Cartografias do social: estratégias de produção do conhecimento*. [Tese de Doutorado não publicada]. Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Silva, T. T. (1998). As pedagogias psi e o governo do eu nos regimes neoliberais. In T. T. Silva (Org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu* (pp. 7-13). Petrópolis, RJ: Vozes.

Veiga-Neto, A. (2003). *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Recebido em: 18/05/2007. Aceito em: 26/02/2008.

Notas:

¹ Sobre estes, Foucault (2000b, p. 12) diz: “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se san-

ciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

² Exibida pela Rede Globo de Televisão em 2003. Uma das tramas girava em torno da menina Salete, que vivia com a mãe e desconhecia seu pai. Após sua mãe morrer, ela fica sabendo que seu pai biológico era um homem que já conhecia – o pai de um amiguinho seu, o personagem Téo.

³ São as coisas “ditas” em uma formação discursiva: o discurso político, por exemplo, pode ser compreendido como um conjunto de enunciados apoiados numa determinada formação discursiva – no caso, a da ciência política –, que funciona como uma “matriz de significados”. Contudo, é importante considerar que os enunciados de qualquer formação estão sempre em correlação dinâmica com coisas ditas em outros campos (Fischer, 1997).

⁴ Foucault (1999) teoriza sobre a dinâmica do poder propondo dois pólos: disciplinar, que toma o corpo como máquina visando o crescimento de sua utilidade e docilidade, a sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos; e bio-poder, que não lhe é antitético, mas interligado, e centra-se no corpo-espécie, visando regular nascimento e mortalidade, nível de saúde, longevidade, migrações, criminalidade, etc. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (p.131).

Autora:

Inês Hennigen – Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS. Doutora em Psicologia pela PUCRS. Os dados e discussões apresentados neste artigo têm origem na minha Tese de Doutorado “A paternidade na mídia contemporânea: discursos e modos de subjetivação”, orientada pela Profa. Neuza Guareschi e defendida em 2004 na PUCRS.

Endereço para correspondência:

INÊS HENNIGEN
Rua Ramiro Barcelos, 2600
CEP: 90035-003, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: ineshennigen@gmail.com